

AS ATIVIDADES SOCIAIS DO SISTEMA ABCAR COM INVESTIMENTO NO HOMEM

Eliseu Alves/ACAR

O Serviço de Extensão Rural representou uma inovação nos processos de assistência técnica à agricultura porque partiu da hipótese de que o agricultor era capaz de absorver novas idéias e difundi-las na sua comunidade. Conseqüentemente, suas atividades deveriam ser preponderantemente educativas, objetivando preferencialmente a mudança de mentalidade; a materialização destas novas idéias em investimentos seria uma conseqüência natural da mudança de mentalidade, desde que as condições de mercado o permitissem. 1/

Desde o início, o trabalho de campo se dividiu em duas partes. Visa uma delas à introdução de nova tecnologia agrônômica. A outra, à família do agricultor. Esta última, outro marco diferencial em relação a outras modalidades de assistência à agricultura, foi, desde logo, considerada como sendo assistência social.

O argumento trazido em favor das atividades sociais fundamentava-se no fato de que a alternativa viável para melhorar o nível de vida da família rural seria propiciar-lhe ensinamentos que se traduzissem em novos bens de consumo. Enquadravam-se, assim, os programas de saúde e educação como tipicamente associados à melhoria do bem-estar da comunidade rural. Representavam estes programas gastos em bens de consumo, em oposição a gastos em bens de investi-

mentos, os quais estavam associados à nova tecnologia agrônômica.

Esta argumentação, conjugada com a fraqueza de alguns programas postos em prática, forneceu todo o material que faltava aos oponentes desta parte do programa (as atividades sociais). Alegam os oponentes da idéia que, num país em desenvolvimento, os gastos do govêrno devem ser feitos preferencialmente em bens que proporcionem rendas adicionais elevadas à economia. Deve-se restringir ao mínimo em relação aos bens de consumo, já que a repercussão desses gastos não vai além do próprio ato de consumo. É claro que o argumento dos críticos é razoável. Contudo, é incorreto, como procuraremos mostrar, classificarem-se os gastos em programas de educação e saúde apenas como gastos em bens de consumo. Eles constituem investimento no homem, e de alta rentabilidade. Ora, demonstrada a incorreção da classificação, desfalece o argumento que nela se baseia.

OBJEÇÕES ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

As objeções às atividades sociais cresceram de intensidade, a ponto de, hoje em dia, esta parte do programa ter seus alicerces seriamente abalados. É até interessante notar-se, como evidência, a conotação pejorativa que o termo vem adquirindo entre os próprios agentes de extensão.

De um modo geral, os críticos têm focalizado sua atenção na pequena significância de alguns programas, como fabricação de bôlo, melhoramento dos arredores da casa, certas atividades do projeto vestuário, que realmente tiveram pequena relevância, não se justificando a sua seleção. Mas essas evidências levantadas pelos críticos realmente têm pouco a ver com a razão fundamental da crítica, que é acima de tudo conceitual.

Do ponto de vista histórico, essas objeções se filiam a uma corrente do pensamento econômico, que, mais por razões de conveniência analítica, só considera como investimentos aqueles feitos em formas tangíveis de capital, como maquinaria, estradas, prédios, etc. Os demais, por exclusão, são considerados como gastos em bens de consumo, e portanto sem maiores repercussões no aumento da renda nacional, dentro de certas condições. Entretanto, como será mostrado adiante, esta classificação de capital é muito estreita.

O grupo de críticos que se filia a essa corrente do pensamento econômico é o dos ortodoxos. Além destes, há dois outros grupos, que cabe ressaltar. Um deles reconhece que gastos em educação constituem investimento no homem. Admitem-no, entretanto, de rentabilidade pequena; ou, então, de rentabilidade grande, mas somente a prazo longo, que o Brasil não pode esperar.

em outras regiões do País, e ter-se-á uma idéia exata de como a instrução é fundamental a uma sociedade moderna.

2 - A instrução descobre e cultiva o talento potencial. É claro que os talentos cultivados são de capital importância à riqueza das nações. São eles que vão criar as novas alamedas do progresso. Imagine-se o quanto vale para a sociedade uma invenção como o plástico, a penicilina, a descoberta do vigor híbrido, etc. Zvi Griliches mostrou que cada dólar investido em milho híbrido trouxe uma retribuição de 730% para a sociedade. 5/ É óbvio que quanto mais disseminada for a instrução maiores oportunidades terão as pessoas de talento para se desenvolverem. 6/

IMPLICAÇÕES PARA O SISTEMA ABCAR

- Analisaremos agora as implicações dessas idéias para o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, procurando justificar um esquema de organização das atividades sociais. O processo de produção consiste, em linhas gerais, na combinação de recursos de capital e trabalho para obtenção dos produtos finais (para o consumidor) e intermediários (para serem usados por outras indústrias). A nova tecnologia virá, evidentemente, cristalizada em novas formas de capital (como sementes, animais de alta capacidade produtiva, fertilizantes, herbicidas, etc.), como também em novas habilidades adquiridas pelos trabalhadores. Esta segunda oportunidade de introdução de nova tecnologia não foi considerada na literatura sobre o assunto, até recentemente. As justificativas dos gastos em instrução se prendiam muito mais a aspectos filosóficos ligados aos direitos do homem. Também o Sistema Brasileiro de Extensão Rural não tem explorado racionalmente as potencialidades de um programa visando a força trabalho. Se algo tem sido feito, deve-se muito mais a preceitos humanísticos,

do que realmente a uma consciência sólida de que o investimento em instrução da força trabalho deva ter alta prioridade para o Sistema. Conseqüentemente, os programas formulados são tímidos e têm carecido de maior continuidade, ficando assim os trabalhadores rurais privados de um programa educacional.

Como já se salientou, os investimentos em instrução têm alta rentabilidade, conjugando-se isto com aspectos institucionais da realidade brasileira (onde as possibilidades de atender diretamente ao trabalhador adulto são pequenas, seja pelo elevado número deles e também por razões institucionais ligadas à posse da terra), conclui-se que a prioridade fundamental para as atividades sociais deva ser a juventude rural, na escola rural. 7/ Programas visando a criação de novas escolas rurais, treinamento de professoras, integração de clubes 4-S às escolas rurais, com projetos que atendam aos filhos dos trabalhadores (projetos sobre ciência: classificação das plantas, insetos, etc., conhecimento melhor do Brasil, com as potencialidades de cada região, aspectos da alimentação e saúde, etc.), alfabetização de adultos (apenas coordenação, a alfabetização é função da escola rural), devem constituir o núcleo único do trabalho de campo. Portanto, o público do trabalho de campo para as atividades sociais é a juventude rural, na escola rural.

As atividades sociais teriam também programas de alcance sobre massa para os adultos, mas desenvolvidos apenas nas cidades. Enquadram-se nesse tipo de programa: educação do consumidor, programas visando a demonstrar as potencialidades de emprego em outras zonas rurais do País (mais apropriados para as zonas demasiadamente populosas), campanhas de saúde e saneamento, etc. Portanto, o público adulto das atividades sociais será atendido apenas por

programas de alcance sobre massa, desenvolvido dentro da cidade.

1/ Este aspecto conceitual do trabalho de Extensão complica a escolha das técnicas de avaliação. Isto porque a materialização das novas idéias adquiridas pela comunidade pode demandar tempo, em consequência de condições adversas do mercado. Melhor dizendo, o passo seguinte à adoção intelectual de uma nova técnica, ou seja sua realização, é uma decisão que o agricultor só tomará se as perspectivas de lucro forem razoáveis. No entanto, há de se considerar como resultado alcançado a mudança de atitude do agricultor. Havendo, pois, essa mudança e sendo favoráveis as condições do mercado, a nova prática se incorporará naturalmente ao processo de produção.

2/ Schultz, Theodore W. O Valor Econômico da Educação. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

Transformando a Agricultura Tradicional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

3/ Wharton Jr., Clifton R. A Case Study of the Economic Impact of Technical Assistance, Capital and Technology in the Agricultural Development of Minas Gerais, Brasil. Tese de Ph. D., não publicada: The University of Chicago, Chicago, Illinois, 1958.

4/ As pesquisas de Gisser, Wallace e Hoover abordam este aspecto:

Micha, Gisser. Schooling and the Farm Problem. Econometrica, vol. 33, nº 3 (July 1965) p. 582-592.

Wallace, Dudhy e Hoover, Dale. Income Effects of Innovation: The Case of Labor in Agriculture. Journal of Farm Economics, vol. 48, nº 2 (May 1966), p. 325-335.

5/ Griliches, Zvi. Research Costs and Social Returns: Hybrid Corn and Innovations. Journal of Political Economy, 66: 419. 31 October, 1961.

6/ Embora houvesse quem acreditasse que o talento florescesse em qualquer ambiente, hoje em dia tem-se evidência suficiente para não se acreditar nessa tese. Veja-se: Ekaus, R. S. Education and Economic Growth, em The Economics of Higher Education, ed. Selma J. Mushlin, Washington, Welfare Office of Education, 1962.

7/ Pesquisas têm mostrado elevados retornos para a instrução primária, mesmo em países em desenvolvimento. O leitor interessado pode reportar-se ao trabalho de Shoup e seus colaboradores: Shoup, Carl S. et al. The Fiscal System of Venezuela. Baltimore, The Hopkins Press, 1959.

AS ATIVIDADES SOCIAIS DO SISTEMA ABCAR

O outro grupo concordou que os investimentos em educação são fundamentais, apenas lamenta que os recursos do Sistema ABCAR aplicados nas atividades sociais não sejam totalmente canalizados para as atividades educativas que tenham características de investimento no homem.

Neste trabalho, procuraremos contra-argumentar as idéias dos dois primeiros grupos de críticos, e mostrar o tipo de programa que decorre, como consequência lógica, das sugestões do terceiro grupo.

VALOR ECONÔMICO DA EDUCAÇÃO

É relativamente recente a atenção que os economistas vêm dando ao valor econômico da educação. Destacou-se no cenário norte-americano o economista Theodore Schultz, que vem abordando este assunto em vários artigos de revistas científicas, e mais recentemente em dois livros, já traduzidos para o português. 2/

As razões principais para essa mudança de enfoque são as seguintes:

● Resultados de pesquisas feitas em vários países têm mostrado que os investimentos em educação oferecem retornos mais elevados que em outras formas tangíveis de capital. Uma revisão bibliográfica desses estudos, até 1964, pode ser encontrada nas duas obras já mencionadas de Schultz. No Brasil, cabe ressaltar a pesquisa de Clifton Wurthton, feita com dados da ACAR, que apurou que cada Cr\$ 1,00 gasto pela ACAR trouxe um retorno de Cr\$ 6,50 no primeiro ano e de Cr\$ 2,50 no segundo ano. 3/

● A segunda guerra mundial destruiu quase que completamente as instalações físicas de produção do Japão e Alemanha. Mas o capital humano foi salvo em parte, e em pouco tempo esses países ultrapassaram os seus níveis de renda anteriores à guerra, e estavam obtendo das mais altas taxas de crescimento eco-

nômico entre todos os países do mundo.

● O reconhecimento da importância do mercado de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico. É claro que esse mercado funcionará tanto melhor quanto mais instrução tiver o trabalhador. O homem mais instruído terá maior facilidade de se mover do campo para a cidade e aí se adaptar sem criar problemas, ou de uma zona rural para outra, se as condições da demanda o exigirem. 4/

Estas evidências empíricas mostraram que não é lícito classificar os gastos em educação como gastos em consumo. São, de fato, investimentos no homem, com retornos elevadíssimos para a sociedade.

Quanto à crítica que reconhece o valor econômico da educação, mas que alega serem os retornos a longo prazo, cabe a resposta que as pesquisas já efetuadas não favorecem esta hipótese. Além disso, a pensarmos assim, daqui a vinte anos poderemos estar diante do mesmo dilema, e teremos perdido mais vinte anos.

Cabe ressaltar que uma das componentes dos gastos em educação realmente tem características de gastos em bens de consumo. É claro que a educação propicia satisfação aos que dela se

beneficiam, como o prazer de ler livros, de atender às altas rodas sociais, de falar bem etc. Mas sua influência vai muito além, como as pesquisas evidenciaram. Analisemos duas razões dessa influência, focalizando nossa atenção na instrução que é um aspecto da educação.

1 - A instrução aumenta a capacidade de adaptação das pessoas. Uma economia em desenvolvimento se caracteriza pela criação de novas oportunidades de emprego em centros urbanos e em zonas novas, desbravadas por novas estradas. Identifica-se, ainda, por flutuações que trazem, como consequência, a depreciação relativa de certos tipos de emprego em relação a outros. É claro que o crescimento da renda nacional será maximizada se a força trabalho ajustar-se rapidamente a estas mudanças. O rápido aumento da produtividade agrícola, ou o rápido crescimento da população rural, conjugado com a pequena elevação da procura de bens agrícolas, obriga muitas pessoas a abandonarem a agricultura, dramatizando a importância desse reajustamento. As favelas em volta das grandes cidades e o desemprego da mão-de-obra não qualificada constituem provas dos danos econômicos e morais à sociedade, devido à falta de instrução da mão-de-obra rural. Aliem-se a isto os exemplos de exploração do homem pelo homem, como é o caso dos famigerados caminhões que estão transportando trabalhadores para Mato Grosso

